

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Daniela Rodrigues Silva Brito

**A PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO
SÍTIO GRITOS - TUPANATINGA/PE**

Santana do Ipanema/AL
2018

DANIELA RODRIGUES SILVA BRITO

**A PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO
SÍTIO GRITOS - TUPANATINGA/PE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Campus Santana do Ipanema, em cumprimento parcial das exigências necessárias para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Msc. Maurício de Siqueira Santos

Santana do Ipanema
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB 2058

B862p Brito, Daniela Rodrigues Silva.
A pluriatividade no meio rural e o desenvolvimento local do sítio Gritos – Tupanatinga/PE / Daniela Rodrigues Silva Brito. - 2018.
50 f.: il.
Orientador: Maurício de Siqueira Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2018.
Bibliografia: f. 43 – 44.
Anexos: f. 45 – 50.

1. Economia agrícola. 2. Agricultura familiar. 3. Pluriatividade.
4. Tupanatinga - PE. I. Título.

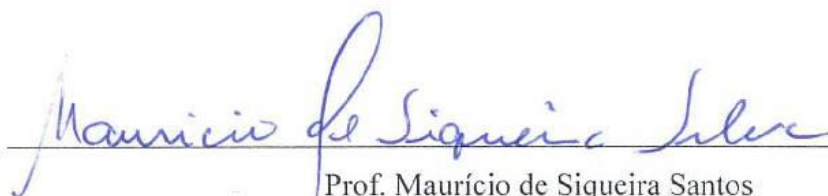
CDU: 338.43 (813.4)

Folha de Aprovação

AUTORA: Daniela Rodrigues Silva Brito

A pluriatividade no meio rural e o desenvolvimento local do Sítio Gritos - Tupanatinga/PE.

Monografia submetida à banca examinadora composta de docentes do Curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de Agosto de 2018.



Prof. Maurício de Siqueira Santos

Orientador

Banca Examinadora



Prof.^a Ana Paula Maia dos Santos

Examinador Externo



Prof.^a Antonia Félix da Silva

Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que tudo sabe e que me deu a coragem de enfrentar os vários desafios ao longo desta caminhada.

Aos meus pais, João e Bia, que tiveram dias árduos de trabalho na roça para poder me manter longe de casa. Sou muito grata a eles.

Aos meus irmãos, Danilo, Danilto e Maria Rita.

Ao meu esposo, pela força nos dias difíceis, bem como à minha filha, Ana Clara. Que, apesar de tão pequena e inocente, é sempre o maior motivo dos meus sorrisos.

Ao meu tio, Zé Preto, que me acolheu em sua casa, e me abrigou durante alguns anos.

Aos amigos da graduação.

Aos professores que me auxiliaram em cada passo dessa minha caminhada. De modo mais especial, ao meu querido orientador Maurício. Obrigada pela sua paciência e compreensão durante esses dias!

À minha amiga, que considero como uma irmã, Denise. Do mesmo modo, a Zete e Vitória.

Por fim, a todas as pessoas que pude dividir momentos muito especiais. Cada um tem um lugarzinho no meu coração.

"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original."

Albert Einstein

RESUMO

Nesse trabalho se realiza um estudo acerca do fenômeno da pluriatividade rural no Brasil e como ela se aplica à realidade dos habitantes do Sítio Gritos, na zona rural do município de Tupanatinga/PE. São abordados alguns conceitos de Agricultura Familiar, verificando-se o quão complexo tal assunto é. É abordada a agricultura familiar no Brasil e como essa acaba por não conseguir suprir as demandas de uma família, o que os leva a ter de recorrer a outras atividades para poder complementar sua renda. Após a realização de pesquisa por meio de questionário aplicado a uma amostra dos habitantes do local estudado, verificou-se que cerca de 74% destes tem de exercer outra atividade para tentar garantir uma renda mais digna mensalmente. Validando assim, a hipótese inferida pela autora e seguindo a linha do que vem sendo publicado pelos mais respeitados estudiosos da área.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Pluriatividade. Rural.

ABSTRACT

In this work a study is carried out on the phenomenon of rural pluriactivity in Brazil and how it applies to the reality of the inhabitants of Sítio Gritos, in the rural area of the municipality of Tupanatinga/PE. Some concepts of Family Agriculture are approached, being verified how complex such subject is. Family farming is approached in Brazil and as it ends up not being able to meet the demands of a family, which leads them to have to resort to other activities in order to supplement their income. After conducting research using a questionnaire applied to a sample of the inhabitants of the studied place, it was verified that about 74% of them have to carry out another activity to try to guarantee a more worthy income monthly. Validating the hypothesis inferred by the author and following the line of what has been published by the most respected scholars in the area.

Keywords: Family Agriculture. Pluriativity. Rural.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Produção agrícola (lavouras temporária e permanente) do município de Tupanatinga/PE – 2016..... | 30 |
| Gráfico 2 – Mapa da pecuária no município de Tupanatinga/PE – por cultura – 2016..... | 32 |
| Gráfico 3 – Atividades não-agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores do Sítio Gritos..... | 34 |
| Gráfico 4 – Renda média dos habitantes questionados (amostra)..... | 35 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Matriz conceitual para tipologia municipal rural-urbana..... | 24 |
| Tabela 2 - Classificação dos municípios de acordo com a tipologia rural-urbana, segundo Grande Região e população – 2010..... | 26 |
| Tabela 3 - Área plantada (por cultura) no município de Tupanatinga/PE – 2016..... | 31 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 1 – Dados populacionais do município de Tupanatinga/PE (Dados de 2010)..... | 28 |
| Imagem 2 – Mapa com localização e noção da extensão territorial do município de Tupanatinga/PE, com base em municípios vizinhos..... | 29 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;

AF - Agricultura Familiar

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ONU - Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 Metodologia da pesquisa | 15 |
| 1.2 Objetivos..... | 16 |
| 1.2.1 Geral | 16 |
| 1.2.2 Específicos..... | 16 |
| 1.3. Delimitação do Estudo..... | 16 |
| 1.4 Justificativa..... | 16 |
| 1.5 Hipóteses de Pesquisa..... | 17 |
| CAPÍTULO I | 14 |
| 1 UM HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR (AF) | 14 |
| 2 PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL | 17 |
| 3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MEIO RURAL NO BRASIL | 22 |
| CAPÍTULO II | 29 |
| 1 DELIMITAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO | 29 |
| 2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PLURIATIVIDADE NO SÍTIO GRITOS E ADJACÊNCIAS | 34 |
| 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| 4 REFERÊNCIAS | 14 |
| ANEXO I | 16 |
| ANEXO II | 18 |

INTRODUÇÃO

Por motivos de logística e melhor acesso aos habitantes. Bem como, após visita presencial inicial, verificar que a pluriatividade vinha sendo utilizada pelos membros da localidade para complementar suas rendas. A autora optou pelo Sítio Gritos, na zona rural do município de Tupanatinga/PE, recebendo total apoio da Associação local para realização de sua pesquisa.

Neste trabalho será realizado um estudo acerca da pluriatividade no meio rural. Fenômeno, que apesar de relativamente antigo, vem sendo cada vez mais debatido no meio acadêmico.

Apenas a produção agrícola familiar, em boa parte das vezes, não consegue suprir todas as necessidades que uma família demanda. Com base nisso, a adoção de outras atividades paralelamente à agricultura familiar acaba sendo necessárias.

A agricultura familiar está intimamente ligada à questão da reprodução destas famílias, bem como à falta de trabalho social por parte dos órgãos competentes, em especial públicos. Arelada a isso, soma-se a falta de empregos em pequenos municípios brasileiros.

O primeiro capítulo desta monografia apresentará ao leitor conceitos acerca do tema Agricultura Familiar (AF) e como este é abrangente e de difícil definição. No mesmo capítulo, será estudado o fenômeno da pluriatividade no meio rural. Continuando, serão tecidas algumas considerações acerca do meio rural no Brasil e como se apresenta a pluriatividade no meio rural do Brasil.

No segundo capítulo é delimitado o local de estudo e são apresentados dados acerca da produção agrícola e pecuária naquela localidade e, por fim é visto como a pluriatividade se encaixa na realidade dos habitantes. Para se chegar a esses resultados finais, a autora realizou pesquisa presencial, por meio de questionários entregues a uma amostra de trinta pessoas entre 19 e 59 anos, residentes e domiciliadas no Sítio Gritos.

1.1 Metodologia da pesquisa

Para a obtenção dos dados que embasaram esse trabalho, foi utilizada uma pesquisa quali-quantitativa, por meio de aplicação de questionários para uma amostra da população estudada.

Como se vê na obra de Paschoarelli, et al (2015), tal método de pesquisa é a junção dos métodos qualitativo e quantitativo, que - como os próprios autores explicam – não se excluem. De acordo com Creswell (2010), o desenvolvimento e a legitimidade percebida de ambos os métodos gerou uma popularização da pesquisa de métodos mistos, a qual abrange os pontos fortes tanto da abordagem qualitativa quanto da quantitativa, proporcionando uma maior compreensão dos problemas estudados. Sendo assim, conforme Neves (1996), o pesquisador pode valer-se da possibilidade de explicitar todos os passos da pesquisa e, ao mesmo tempo, pode prevenir a interferência de subjetividades nas conclusões obtidas.

Além do mais, utilizou-se também de análise bibliográfica onde os conceitos-chave sobre o assunto foram tratados na perspectiva sociológica, sobretudo da análise de Schnaider (2009), Carneiro (2005) e Veiga (1991), bem como outros que trazem a agricultura familiar pluriativa para além do âmbito da produção, mas também para a reprodução de vidas e do campo.

O método de pesquisa, nestas circunstâncias é o método hipotético-dedutivo, que segundo Diniz (2015), surgiu na ciência com Sir Karl Raymund Popper. Ainda conforme Diniz (2015, apud Marconi; Lakatos, 2010) esse autor foi grande crítico do indutivismo e propôs um método que visava a superar a dualidade entre indutivismo versus dedutivismo, ou melhor, entre empirismo versus racionalismo, até então existente na ciência.

A amostra escolhida consistiu num grupo formado por associados da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Gritos que praticassem ou vivessem nas circunstâncias de pluriatividade, citada nas obras de Schnaider (2009) e Carneiro (2005).

No caso em tela, trinta pessoas, de ambos os sexos e com idades de 19 a 59 anos foram inquiridas, além de outros pontos, pelo fato de estarem em idade economicamente ativa e dessa forma serem capazes de fomentar a pluriatividade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Observar se a população residente do Sítio Gritos – Tupanatinga/PE, de fato, está se utilizando da pluriatividade no meio rural como meio de suprir as principais necessidades que uma família demanda.

1.2.2 Específicos

- Verificar se o fenômeno da pluriatividade agrícola - amplamente debatido em obras de autores como Veiga (1991), Baumel e Basso (2004) e Silva (2004) – é evidente e aplicado no local de estudo;
- Verificar se a renda dos habitantes está sendo impactada de forma significativa pela adoção de atividades outras atividades em conjunto com as agropecuárias;
- Investigar o grau de conscientização da população estudada, no que concerne ao fenômeno da pluriatividade e se é reconhecido o impacto direto em suas rendas mensais.

1.3. Delimitação do Estudo

Nesse trabalho busca-se avaliar o aspecto qualitativo e quantitativo através de uma amostra realizada por meio de um questionário aplicado à amostra da população do Sítio Gritos, localizado na zona rural do município de Tupanatinga/PE, a fim de observar se o fenômeno da pluriatividade agrícola se mostra evidente neste local e se este impacta, de forma significativa, a renda mensal da população local.

1.4 Justificativa

Apenas a produção agrícola familiar, em boa parte das vezes, não consegue suprir todas as necessidades que uma família demanda. Com base nisso, como aponta Carneiro (1998), a adoção de outras atividades paralelamente à agricultura familiar acaba sendo necessária.

A agricultura familiar como julga Veiga (1991, p. 219), está intimamente ligada à questão da reprodução destas famílias, bem como à falta de trabalho social por parte dos órgãos competentes, em especial públicos.

Com base em todo o exposto acima, torna-se imperioso realizar estudos, cada vez mais profundos acerca desse tema, visando, inclusive, um futuro em que a população até de zonas rurais mais isoladas possa ter acesso a esse conhecimento. E, com isso, possa se planejar e conseguir obter renda das mais diversas formas possíveis, para tentar garantir uma renda mais digna para todos os membros das famílias locais e também garantir a manutenção do campesinato e até mesmo a segurança alimentar das gerações futuras.

1.5 Hipóteses de Pesquisa

H₁: O fenômeno da pluriatividade rural é evidente no Sítio Gritos/PE;

H₂: A pluriatividade impacta positivamente na renda mensal dos habitantes do local estudado;

CAPÍTULO I

1 UM HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR (AF)

Embora a agricultura familiar não seja algo novo, o termo, em si, é um tanto recente. Antes da instituição, em 1996, do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹, a atividade era citada pelos estudiosos como pequena agricultura ou agricultura de subsistência, por exemplo. Conforme pode se constatar lendo em trechos das obras de autores como: Sarraceno (1994), Kageyama (1998) e Veiga (1991).

Segundo Fernandes (2013, p.13), a década de 1990, no Brasil, foi marcada pela tentativa de fortalecimento da agricultura familiar, tendo nas políticas públicas de incentivo o fator mais relevante no rumo do desenvolvimento rural brasileiro, com destaque especial para o PRONAF, instituído sob a vigência do governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

Ainda, conforme Fernandes (2013, p.13, apud Mattei, 2005), a criação do PRONAF, em 1995, deve-se, principalmente a uma série de estudos realizados na década de 1990 com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU), e que vieram a embasar o governo brasileiro a executar uma política econômica e social com o foco na agricultura familiar. A ideia central era disponibilizar recursos para financiar a produção, equipamentos e inclusive a infraestrutura produtiva nas propriedades destes agricultores familiares, o que acabaria por agregar valor a estas.

Em suma, pode-se dizer que o PRONAF é, basicamente, um programa promovido pelo Governo Federal, com o intuito de apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Tendo como uma de suas principais metas garantir a segurança alimentar. Para isso, tenta fortalecer a agricultura através da concessão de financiamento para agricultores, associações e cooperativas.

Fernandes (2013, p.13, apud MOURA, 2011), visando demonstrar a importância do PRONAF para essa formação sociológica cita o seguinte:

¹Ver:<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/entenda-o-programa-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

“[...] assim como todo o programa público, o PRONAF gerou uma série de discussões sobre sua qualidade e de como realmente funcionava. Uma série de dúvidas foi posta em questão: desvio de recursos, desenvolvimento da produção do agricultor, entre outras. **Mais do que isso, o PRONAF incluiu os agricultores familiares como agentes da política econômica, fazendo com que os mesmos se identifiquem como entes capazes de influenciar as ações do governo por fazer parte do desenvolvimento rural.** Com a discussão iniciada nos anos 1990, podemos identificar um marco no desenvolvimento da sociedade brasileira, **pois a agricultura familiar passa a ter um papel fundamental na questão estrutural e das políticas sociais no país, passando a possuir ação forte por parte do governo inclusive através da inclusão dos movimentos sociais**”. (grifo nosso)

A agricultura familiar ou em comunidade remonta aos primórdios da humanidade, sendo a base da mudança do padrão de vida do homem, a cerca de dez mil anos atrás, do nomadismo para a vida em sociedade².

Com o desenvolvimento da agricultura, as pessoas deixaram de necessitar da busca de outros lugares quando da escassez de recursos da área que ora ocupavam.

Nesse diapasão, foram sendo desenvolvidos diversos tipos de culturas, em função da enorme diversidade de paisagens, bem como das particularidades de cada local que estava sendo ocupado. De modo, inclusive, que cada localidade criou suas próprias estratégias de sobrevivência e de produção, fazendo com que seus habitantes reajam de forma diferente às mesmas adversidades e limitações.

Com base nisso, falam Silva e Jesus (2007, p.1):

“Dentro desse cenário, a agricultura familiar destaca-se como uma forma de vida de milhares de homens e mulheres, que resiste ao longo do tempo ao processo excludente das políticas governamentais e que buscam, dentro do mundo capitalista, manter seu espaço em um ambiente cada vez mais competitivo. Concorrendo em nível desigual com os empreendimentos que atuam na lógica do agronegócio. De acordo com Incra/FAO (2000) os **vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano.**” (grifo nosso)

²Ver:<<https://historiadomundo.uol.com.br/pre-historia/nomadismo.htm>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

A questão acerca de “agricultura familiar” é que é muito difícil se encontrar apenas um conceito que abarque todas as suas particularidades e peculiaridades adequadamente, tendo em vista que se trata de um tema demasiadamente complexo. Devido, também, à multiplicidade característica das atividades desenvolvidas.

Conforme Garcia Filho (2000, p.65), tal diversidade ou complexidade – como ele nomeia – tem base na complexidade dos ecossistemas, que representam potenciais limites, ou os impõem, às atividades agrícolas. Também se encontra embasada no modo de utilização do espaço que essas sociedades adotam, representando um esforço de adaptação ao ecossistema. De modo que se busca explorar a maximização do potencial de produção ou redução dos obstáculos. Ainda conforme Garcia Filho (1995, p.65), essa busca resulta na existência de diferentes tipos de produtores, que acabam por se distinguir, entre si, tanto pelas suas condições socioeconômicas e por seus critérios de decisão, quanto pelos seus sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas.

Dentro desse conceito, pode-se observar que a complexidade do tema não se esvai mesmo que observemos apenas um arranjo produtivo local ou, até, uma unidade habitacional rural, que tenha a agricultura como principal ou único meio de subsistência.

Um conceito mais básico em que se pode tentar relativizar a agricultura familiar é o de que esta é vista como o cultivo da terra por parte de uma família, onde os agricultores são gestores e trabalhadores das suas próprias terras. Entretanto, deve-se tomar o cuidado de se observar que “agricultura familiar” é um termo que difere fundamentalmente de “agricultura de subsistência³”, ao adotar tal conceito⁴.

Ainda acerca desse tema, Silva e Jesus (2007, p.2) expõem dados retirados do Dossiê Estatístico elaborado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Fundo das ações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1996), que definem a Agricultura Familiar a partir de três características centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção

³Ver:<<https://www.significados.com.br/agricultura/>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

⁴Onde o camponês estabelece relações de produção para garantir a subsistência da família e/ou comunidade a que pertence. Ver <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-subsistencia.htm>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

(embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Conforme Silva e Jesus (2007, p.2), percebe-se na abordagem acima, que se toma como base a relação entre terra, trabalho e família e que é justamente a relação entre estes três fatores que diferencia a agricultura familiar das outras formas de agricultura.

Em outra vertente, também conforme Silva e Jesus (2007, p.2), alguns estudiosos afirmam que o termo “agricultura familiar” é, senão, uma tentativa política de negar o poder de uma categoria social. Silva e Jesus (2007, p.2, apud LIMA e FIGUEIREDO, 2006, p.59), inferem que a adoção da expressão de agricultor familiar e não camponês “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem à dominação”.

Outra citação de Silva e Jesus (2007, p.2) diz respeito à afirmação de Carneiro (1999, p.329), que afirma que a existência de divergências no que se refere aos princípios definidores da agricultura familiar apresenta de uma forma sintética o que a partir de suas análises pode ser considerada por agricultura familiar e acrescenta que parece haver um consenso quando afirma que “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”.

Por fim, vale destacar o que Carneiro (1999, p.329) afirma, quando diz que “a trajetória, ainda curta em termos temporais, do conceito de agricultura familiar, é extensa em termos bibliográficos expressando o intenso debate sobre as características empíricas e o estatuto teórico dessa ‘nova’ categoria de análise”.

2 PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL

Apenas a produção agrícola familiar, em boa parte das vezes, não consegue suprir todas as necessidades que uma família demanda. Com base nisso, como aponta Carneiro (1998), a adoção de outras atividades paralelamente à agricultura familiar acaba sendo necessária.

A agricultura familiar como julga Veiga (1991, p. 219), está intimamente ligada à questão da reprodução destas famílias, bem como à falta de trabalho social por parte dos órgãos competentes, em especial públicos. Atrelada a isso, soma-se a falta de empregos em pequenos municípios brasileiros.

Conforme estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN,2014), o Brasil tem 530 municípios onde mais de 80% do mercado de trabalho é bancado pelas prefeituras. Ou seja, 10% das cidades do país bancam o mercado de trabalho local⁵.

Nessa toada, a pluriatividade agrícola familiar se torna um meio – ou, muitas vezes, o único – de se buscar o desenvolvimento da agricultura familiar. Nesse ponto, vale citar Baumel e Basso (2004, p. 139), quando dizem:

“A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura.”

Segundo Silva (2004, p.4), atualmente se vê o meio rural passar por um processo de grandes transformações em todo o mundo (no Brasil não é diferente). De modo que tais alterações vão desde a inversão radical das correntes migratórias até o surgimento de novas atividades econômicas não precisamente agrícolas. Tais transformações auxiliam no transcender de um debate bem abrangente no meio científico, buscando uma nova definição do mundo (de espaço) rural. Ainda conforme Silva (2004, p.4, apud, SILVA, 1996, p.39), já não se pode falar de mundo rural identificando-o exclusivamente com a agricultura. Sendo que a partir dos anos 80, as atividades agropecuárias tradicionais não davam conta de explicar, sozinhas, a dinâmica do emprego e da população no Brasil.

Assim, deve-se observar que a atividade agrícola não é a única fonte de renda possível para comunidades rurais e para o campo. Por conseguinte, atividades rurais não agrícolas

⁵ Ver:<<https://dcomercio.com.br/categoria/brasil/cidades-onde-mais-de-80-dos-empregos-estao-nas-prefeituras>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

surtem em decorrência da urbanização e da globalização do ambiente rural e também da necessidade de interação do campo e da cidade.

Logo, o termo pluriatividade, quanto trazido para o meio rural, denota a ideia de que um local, comunidade ou, até, unidade habitacional rural se utiliza de mais de um tipo de atividade - inclusive não-agrícola - para garantir o sustento de seus partícipes, bem como tentar garantir o desenvolvimento daquela sociedade. Exemplos de outras atividades não-agrícolas podem ser turismo ecológico, lazer, preservação do meio ambiente, pecuária, piscicultura, apicultura, criação de animais de pequeno porte, entre outros diversos tipos de atividades.

Nesse contexto, Silva (2004, p.5, apud, CAMPANHOLA, Clayton. GRAZIANO, José. 2000, p.146 In: Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento) descreve o que segue:

"A possibilidade de se incorporar outras alternativas econômicas ao meio rural tem sido a estratégia adotada por muitos países para manter o homem no campo, com melhoria de sua qualidade de vida pelo aumento de sua renda, que passa a ser gerada com base em uma maior diversidade de atividades e funções. Há várias vantagens que podem ser atribuídas a pequenas empresas que se dedicam à oferta de produtos turísticos. Elas podem oferecer produtos a turistas com interesses bastante específicos, que pelo seu pequeno número inviabiliza a participação de empresa de grande porte no empreendimento".

Conforme Silva (2004, p.5) a expansão de novas atividades rurais, agrícolas e não agrícolas é o que vem promovendo conjunturas mais favoráveis, no que tange o cerne das oportunidades para pequenos produtores. De modo que, taxar tais atividades de "novas" expressa que não obstante muitas delas sejam muito antigas, apenas há pouco tempo se vêm ganhando importância como atividades econômicas. Ainda, conforme o autor, tais atividades, tidas anteriormente como atividades amadoras, passaram ao status de alternativas de emprego e renda no meio rural. Muitas vezes, inclusive, envolvendo verdadeiras cadeias produtivas, serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados no ramo da distribuição, comunicação e embalagens.

Conforme Schneider (2009, p.4), ainda existem as chamadas atividades para-agrícolas, que podem ser caracterizadas da seguinte forma:

“Existem também as chamadas atividades para-agrícolas, que formam **um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (in natura ou de derivados) produzida dentro de um estabelecimento ou adquirida (em parte ou no todo) fora**. As atividades para-agrícolas podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família – produção para autoconsumo - ou destiná-la para a venda. Como atividades não-agrícolas são consideradas todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços. A interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas gera a pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem inseridos.” (grifo nosso)

Ainda de acordo com Schneider (2009, p.4), a pluriatividade é heterogênea e diversificada, estando ligada em dois pontos: a) pelas estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros; b) pela dependência de sua variabilidade para com as características do contexto ou do território em que estiver inserida⁶.

Outro ponto que merece destaque é o fato, também abordado por Schneider (2009, p.4), de que o termo pluriatividade tem a capacidade de adquirir significados diferentes, ao mesmo tempo em que pode servir para satisfazer projetos coletivos. Também, pode ser usado como solução para decisões individuais. Na mesma toada, as peculiaridades da pluriatividade variam conforme o indivíduo-membro (patriarca, cônjuge ou descendentes) que a exerce. Levando-se em consideração que esse processo social desencadeia efeitos distintos sobre o grupo local e a unidade produtiva, de acordo com as variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de que a pratica.

Nesse contexto, o Schneider (2009, p.4-5) discorre da seguinte maneira:

“O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da sua evolução. Em trabalhos recentes (Schneider e Conterato, 2006; Schneider, 2006), foram indicadas ainda outras variáveis que contribuem para diferenciação da pluriatividade, tais como o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso a renda.”

⁶ Os trabalhos de Saraceno (1994) e Kageyama (1998) são importantes referências na discussão das relações entre a pluriatividade das famílias rurais e o papel da economia local.

Com base nisso, pode-se observar que o arranjo entre atividades agrícolas e não-agrícolas pode ser utilizado, portanto, pelos membros de uma unidade familiar em busca de desenvolvimento social do grupo ou coletivo de que venham a fazer parte. Como, também, pode ser uma estratégia dos elementos que constituam tal unidade. Com base nisso, Schneider (2009, p.5) descreve a pluriatividade como “uma estratégia de reação (*coping*)”, frente a uma situação de risco ou vulnerabilidade, ou estratégia de adaptação, “que ocorre quando os indivíduos dotados de capacidade de escolha conseguem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e possibilidades”. De modo que a pluriatividade acaba por ter relação com o desempenho das competências e o “poder de agência” dos indivíduos.

Por fim, após observar os mais diversos estudos já realizados acerca do tema da pluriatividade, pode-se chegar a um denominador comum. É possível inferir que se trata, senão, de um fenômeno estável e diversificado que, mesmo estando presente na realidade do homem rural de modo secular, passou a ser abordado por estudiosos relativamente há pouco tempo. Além disso, conforme se depreende dos textos de Schneider (2009) e Silva (2004), trata-se de uma estratégia de reprodução social das famílias rurais, que recorrem às atividades externas por diferentes razões (adaptação, reação, estilo de vida), não sendo a pobreza o único fator determinante.

É consenso que para avançar no estudo da pluriatividade o ideal seria a colocar dentro de um debate mais amplo sobre desenvolvimento rural. Para além de ser uma estratégia familiar e individual de reprodução social, a pluriatividade poderia contribuir de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros. Em outro trabalho de Schneider (2009, p.7), sugere-se analisar as relações entre pluriatividade e desenvolvimento rural a partir do debate mais geral sobre as formas de incrementar a autonomia dos agricultores e os modos de ampliar a sustentabilidade dos modos de vida e nos territórios rurais.

3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MEIO RURAL NO BRASIL

Para que se possa se debruçar neste item cabe, inicialmente, ter cuidado com um ponto muito importante, a vasto território do Brasil que é abarcado dentro do conceito de “rural”. Outros fatores que devem ser levados em consideração são, também, a diversidade e heterogeneidade desse ambiente. Logo, este item desta monografia vem apenas para tecer algumas considerações que a autora considera importantes para o melhor conhecimento do tema. Cabendo, no entanto, em estudos mais aprofundados, caso o leitor se proponha para tal.

O Brasil realiza periodicamente, pesquisas, a domicílio, capitaneadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentro desse universo uma é considerada mais importante: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tal pesquisa amostral é realizada trimestralmente e utiliza como base os dados obtidos no último censo demográfico, tendo como unidade de avaliação os domicílios⁷.

A PNAD realiza a classificação dos domicílios, tanto nas áreas urbanas, como nas áreas rurais, a partir de sua localização. Tal localização, no Brasil, é estabelecida pela legislação municipal vigente no período da realização do censo demográfico. Em resumo, a cada 10 anos, quando da realização de um novo censo, a medida das áreas muda porque os municípios expandem as áreas urbanas e a parte rural vai diminuindo⁸.

Nessa perspectiva, além de surgir uma “rurbanização”⁹, vale lembrar que o rural aqui discutido é o rural produtivo, não é apenas o campo, mas sim a reprodução do viver no campo. Para ser considerado agricultor familiar e gozar dos direitos disponibilizados pelo Estado, o indivíduo precisa seguir e viver de acordo com algumas características apontadas pela Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. São elas:

⁷ Ver <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40> Acesso em 28 de junho de 2018.

⁸ Segundo Schneider (2009, p.14) as informações das PNADs dos anos 2000 não são inteiramente compatíveis com as de décadas anteriores porque o IBGE realiza uma reclassificação das áreas rurais e urbanas a cada novo censo. Os autores acreditam que por causa dessa atualização, a população rural contabilizada pelas PNADs reduziu-se de 32,6 milhões de pessoas em 1999, para 27,3 milhões de pessoas em 2001, uma diminuição de mais de 5 milhões de pessoas.

⁹ Ver discussão apresentada por Froehlich, J. M.: ‘Gilberto Freyre, a história ambiental e a rurbanização’. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VII(2): 281-301, jul.-out. 2000.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011)*

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011)*

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011)*

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.058, de 13/10/2009)*

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.058, de 13/10/2009)*

Vale ressaltar que o PRONAF, bem como as outras políticas públicas voltadas para o campo não estabelecem que a Agricultura Familiar deve ser pautada apenas em atividades agrícolas. Logo, nesse contexto é incorporada a questão da pluriatividade rural.

Deste modo, quando do estudo da pluriatividade rural, deve-se levar em consideração apenas os domicílios localizados nas áreas rurais foram da região metropolitana. Tomando-se o cuidado de não contabilizar erroneamente domicílios localizados em áreas rurais não metropolitanas que abarcam concentrações rurais isoladas que pertençam a um único dono.

Apesar de tradicionalmente estabelecidas como modos de qualificar as sociedades e o espaço, as categorias rural e urbano estão sujeitas às transformações que vem sendo operadas no decorrer do tempo. Com efeito, a realidade histórica sobre tais categorias demonstra uma grande diversidade de estruturas e organizações. (RAMOS et al, 2017, p.11)

Com base nisso, foi divulgado estudo no último trimestre do ano de 2017, capitaneado pelo IBGE, que trouxe dados bem relevantes acerca dos números da população rural e urbana no Brasil.

Inicialmente cabe apresentar os critérios adotados para distinguir urbano de rural:

Tabela 1 – Matriz conceitual para tipologia municipal rural-urbana

| Faixas de população total em áreas de ocupação densa | Distribuição percentual da população em áreas de ocupação densa | | | |
|---|---|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Maior que 75% | 50 a 75% | 25 e 50% | Menor que 25% |
| Unidades Populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa | Predominantemente urbano | | | |
| Unidades populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa | Predominantemente urbano | Predominantemente urbano | Intermediário | Predominantemente rural |
| Unidades populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa | Predominantemente urbano | Intermediário | Predominantemente rural | Predominantemente rural |
| Unidades populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa | Intermediário | Predominantemente rural | Predominantemente rural | Predominantemente rural |
| Unidades populacionais com menos de 3 000 habitantes em área de ocupação densa | Predominantemente rural | | | |

Fonte: RAMOS et al, 2017, p.58.

A partir da matriz conceitual acima, foi definida a tipologia rural urbano dos municípios cujas respectivas classes são, conforme Ramos et al:

a) Município predominantemente urbano:

- Municípios em Unidades Populacionais com mais de 50.000 habitantes em área de ocupação densa;
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 50%; e
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10.000 e 25.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

b) Município intermediário:

- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%;
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10.000 e 25.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%; e
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3.000 e 10.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

c) Município predominantemente rural:

- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 25%;
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10.000 e 25.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 50%; e
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3.000 e 10.000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 75%.

Em seguida foi realizado outro cruzamento que contemplou, além das dimensões já analisadas, a dimensão da localização de forma que se possibilite distinguir, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais, aqueles adjacentes a centros urbanos de maior hierarquia daqueles que se encontram remotos.

A Imagem 2 apresenta a distribuição de frequência dos municípios de acordo com a tipologia municipal urbano-rural proposta.

Tabela 2 - Classificação dos municípios de acordo com a tipologia rural-urbana, segundo Grande Região e população – 2010

| Tipologia rural urbana | Municípios e população total (quantidade e percentual) | Brasil | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste |
|-------------------------|--|-------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Urbano | Número de municípios | 1.456 | 85 | 307 | 625 | 312 | 127 |
| | Municípios em relação a Grande Região % | 26,16 | 18,93 | 17,11 | 37,47 | 26,26 | 27,25 |
| | População total, segundo o Censo 2010 | 144 765 500 | 10 522 570 | 31 472 716 | 70 641 832 | 20 916 325 | 11 212 057 |
| | População total, segundo o Censo 2010 % | 75,89 | 66,33 | 59,30 | 87,90 | 76,37 | 79,76 |
| Intermediário Adjacente | Número de municípios | 686 | 39 | 244 | 247 | 108 | 48 |
| | Municípios em relação a Grande Região % | 12,33 | 8,69 | 13,60 | 14,81 | 9,09 | 10,30 |
| | População total, segundo o Censo 2010 | 12 461 908 | 784 746 | 5 822 054 | 3 434 832 | 1 684 994 | 735 282 |
| | População total, segundo o Censo 2010 % | 6,53 | 4,95 | 10,97 | 4,27 | 6,15 | 5,23 |
| Intermediário Remoto | Número de municípios | 60 | 33 | 7 | 3 | 1 | 16 |
| | Municípios em relação a Grande Região % | 1,08 | 7,35 | 0,39 | 0,18 | 0,08 | 3,43 |
| | População total, segundo o Censo 2010 | 1 305 906 | 791 645 | 133 152 | 50 821 | 5 917 | 324 371 |
| | População total, segundo o Censo 2010 % | 0,68 | 4,99 | 0,25 | 0,06 | 0,02 | 2,31 |
| Rural Adjacente | Número de municípios | 3.040 | 171 | 1.134 | 769 | 765 | 201 |
| | Municípios em relação a Grande Região % | 54,63 | 38,08 | 63,21 | 46,10 | 64,39 | 43,13 |
| | População total, segundo o Censo 2010 | 28 689 820 | 2 093 740 | 14 573 418 | 6 022 152 | 4 771 683 | 1 228 827 |
| | População total, segundo o Censo 2010 % | 15,04 | 13,20 | 27,46 | 7,49 | 17,42 | 8,74 |
| Rural Remoto | Número de municípios | 323 | 121 | 102 | 24 | 2 | 74 |
| | Municípios em relação a Grande Região % | 5,80 | 26,95 | 5,69 | 1,44 | 0,17 | 15,88 |
| | População total, segundo o Censo 2010 | 3 524 597 | 1 671 753 | 1 072 542 | 214 773 | 7 972 | 557 557 |
| | População total, segundo o Censo 2010 % | 1,85 | 10,54 | 2,02 | 0,27 | 0,03 | 3,97 |
| Total - Brasil | Total de municípios | 5 565 | 449 | 1 794 | 1 668 | 1 188 | 466 |
| | População total | 190 747 731 | 15 864 454 | 53 073 882 | 80 364 410 | 27 386 891 | 14 058 094 |

Fonte: RAMOS et al, 2017, p.60.

A partir dos dados obtidos na tabela acima, pôde-se observar que 76,0% da população brasileira se encontra em municípios considerados pelo estudo do IBGE como predominantemente urbanos, correspondendo somente a 26,0% do total de municípios.

Já, com base na análise de Grandes Regiões, pode-se identificar peculiaridades. Como, por exemplo, na Região Norte 10,5% da população vive em municípios rurais remotos, sendo estes 26,9% do total de municípios existentes naquela localidade.

Na Região Nordeste, quase 1/3 da população é habitante de municípios rurais, ao tempo em que apresenta a menor porcentagem de população em municípios urbanos, quando em comparação com às outras Grandes Regiões (59,0%).

Como já era de se esperar, tendo em vista a dinâmica econômica característica, a Região Sudeste mostrou as maiores porcentagens de número de municípios e população vivendo em municípios urbanos (87%). Sendo essa região, também, a que apresenta as menores porcentagens de habitantes em municípios rurais.

A Região Sul é a que tem o menor número de municípios intermediários remotos e rurais remotos (0,5%). O que evidencia a proximidade física entre as sedes municipais.

A Região Centro-Oeste, conforme Ramos (2017, p.61), mostrou-se uma região de grandes contrastes: consegue ser, ao mesmo tempo, a região com a segunda maior população em municípios urbanos (79,8%) e em municípios remotos, intermediários e rurais (2,3% e 4,0%, respectivamente) quando se compara com o restante do País.

Por fim, o que se vê é que mesmo após todos os anos que se passaram desde os primeiros censos, conforme Ramos (2017, p61), as cinco Grandes Regiões ainda detêm suas particularidades.

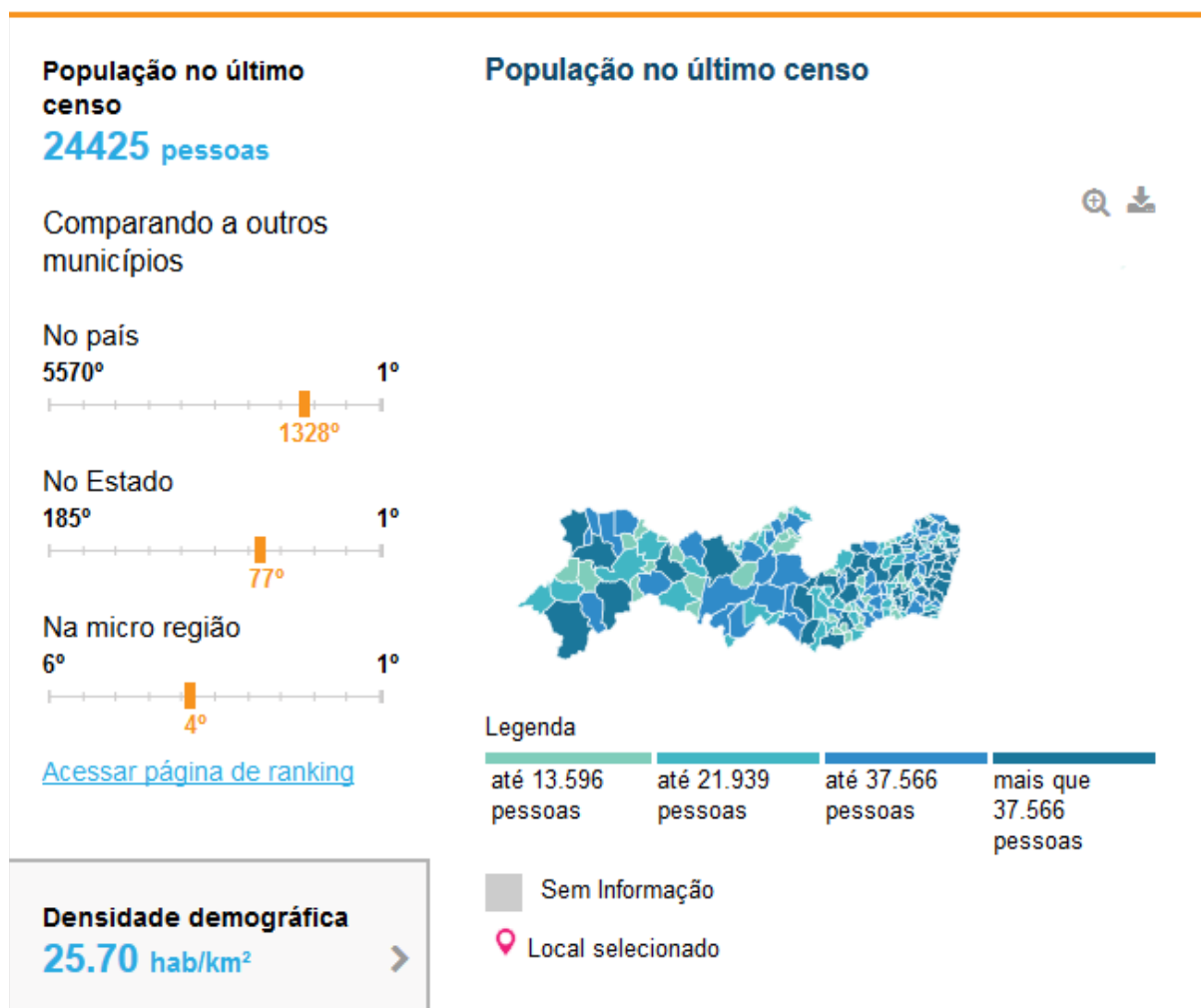
CAPÍTULO II

1 DELIMITAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O local escolhido para estudo neste trabalho foi o Sítio Gritos, que fica situado na zona rural da cidade de Tupanatinga, um pequeno município do estado de Pernambuco.

Na imagem 3 são apresentados dados populacionais do município estudado, divulgados no site do IBGE. Tais dados foram auferidos no ano de 2010 – último censo realizado. Contudo, o próprio órgão estima que em 2017 a população do referido local era de cerca de 26.990 habitantes.

Imagem 1 – Dados populacionais do município de Tupanatinga/PE (Dados de 2010)



Fonte: IBGE, 2018.

Tupanatinga/PE fica localizada no agreste pernambucano, e tal como típico da maioria das cidades nordestinas possui um clima semiárido – longas estiagens e pouco período de chuvas. Fica situado próximo à divisa do estado de Alagoas com o de Pernambuco, a aproximadamente 52,0 km do município de Ouro Branco/AL¹⁰ e fazendo fronteira com cinco municípios diferentes.

Imagem 2 – Mapa com localização e noção da extensão territorial do município de Tupanatinga/PE, com base em municípios vizinhos.



Fonte: Google Maps, 2018.

10 Conforme pesquisa realizada no site Google Maps. Disponível em <<https://www.google.com/maps>>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

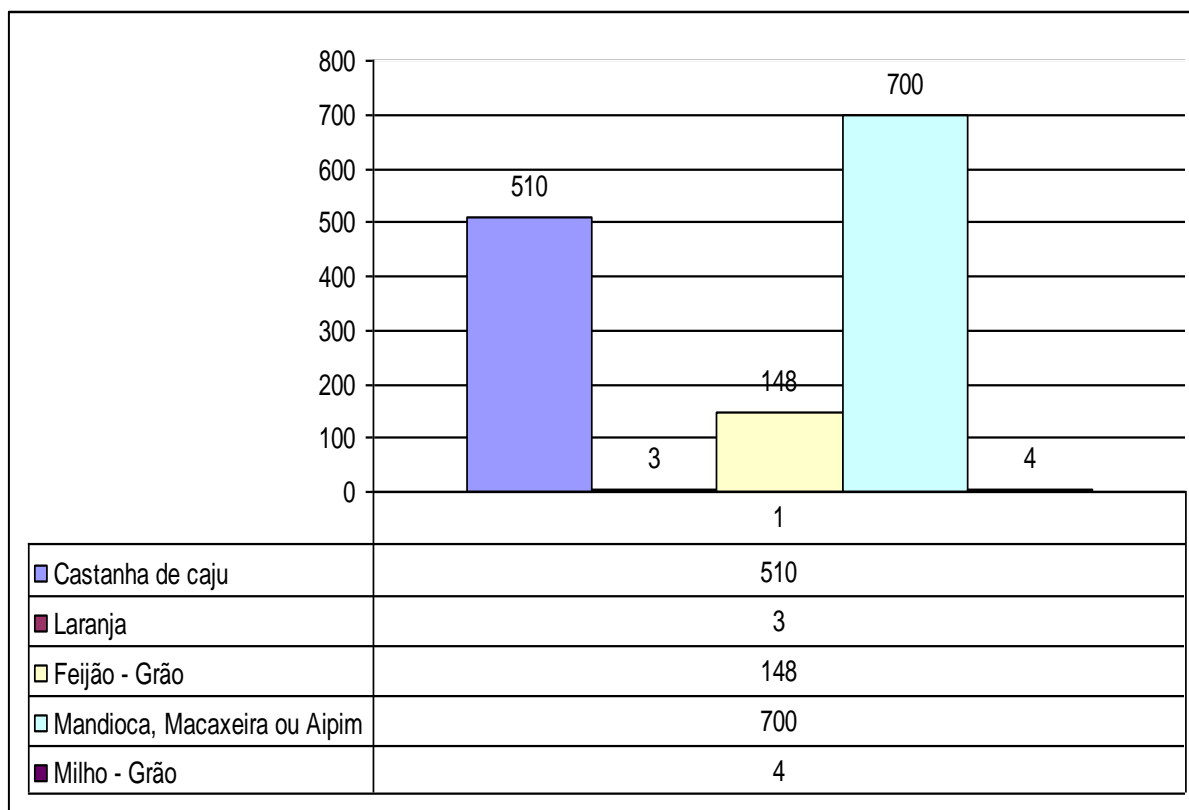
Ainda segundo dados do IBGE (2018), com base nos últimos dados levantados no ano de 2016, a agricultura no município estudado gira, basicamente, em torno de quatro produtos: macaxeira, feijão, castanha de caju e milho. Sendo a última a cultura mais lucrativa entre as demais, rendendo R\$ 700.000,00 aos produtores locais, em 2016.

A cultura da macaxeira é seguida de perto pela da castanha de caju, que rendeu R\$ 510.000,00 para os agricultores, também no ano de 2016.

O feijão, por sua vez teve um resultado um pouco mais acanhado, apenas R\$ 148.000,00. Já, o milho rendeu apenas R\$ 4.000,00 para seus plantadores. Ambos os dados também auferidos em 2016.

Segue quadro com dados explicativos acerca dos dados da agricultura no município de Tupanatinga/PE, no ano de 2016:

Gráfico 1 – Produção agrícola (lavouras temporária e permanente) do município de Tupanatinga/PE – 2016.



Fonte: IBGE (2018).

Da autora.

Tabela 3 – Área plantada (por cultura) no município de Tupanatinga/PE - 2016

| Castanha de caju | | | | |
|-------------------------------------|-------------|------------|------------|-------------------|
| Local | Tupanatinga | Brasil | Pernambuco | Unidade de medida |
| Área destinada à colheita | 850 | 765.030 | 6.305 | Hectare (ha) |
| Laranja | | | | |
| Área destinada à colheita | 2 | 762.765 | 774 | Hectare (ha) |
| Feijão – Grão | | | | |
| Área plantada | 5.500 | 2.946.801 | 239.736 | Hectare (ha) |
| Mandioca, Macaxeira ou Aipim | | | | |
| Área plantada | 100 | 1.439.754 | 43.208 | Hectare (ha) |
| Milho – Grão | | | | |
| Área plantada | 7.000 | 16.039.474 | 222.514 | Hectare (ha) |

Fonte: IBGE (2018).

Da autora.

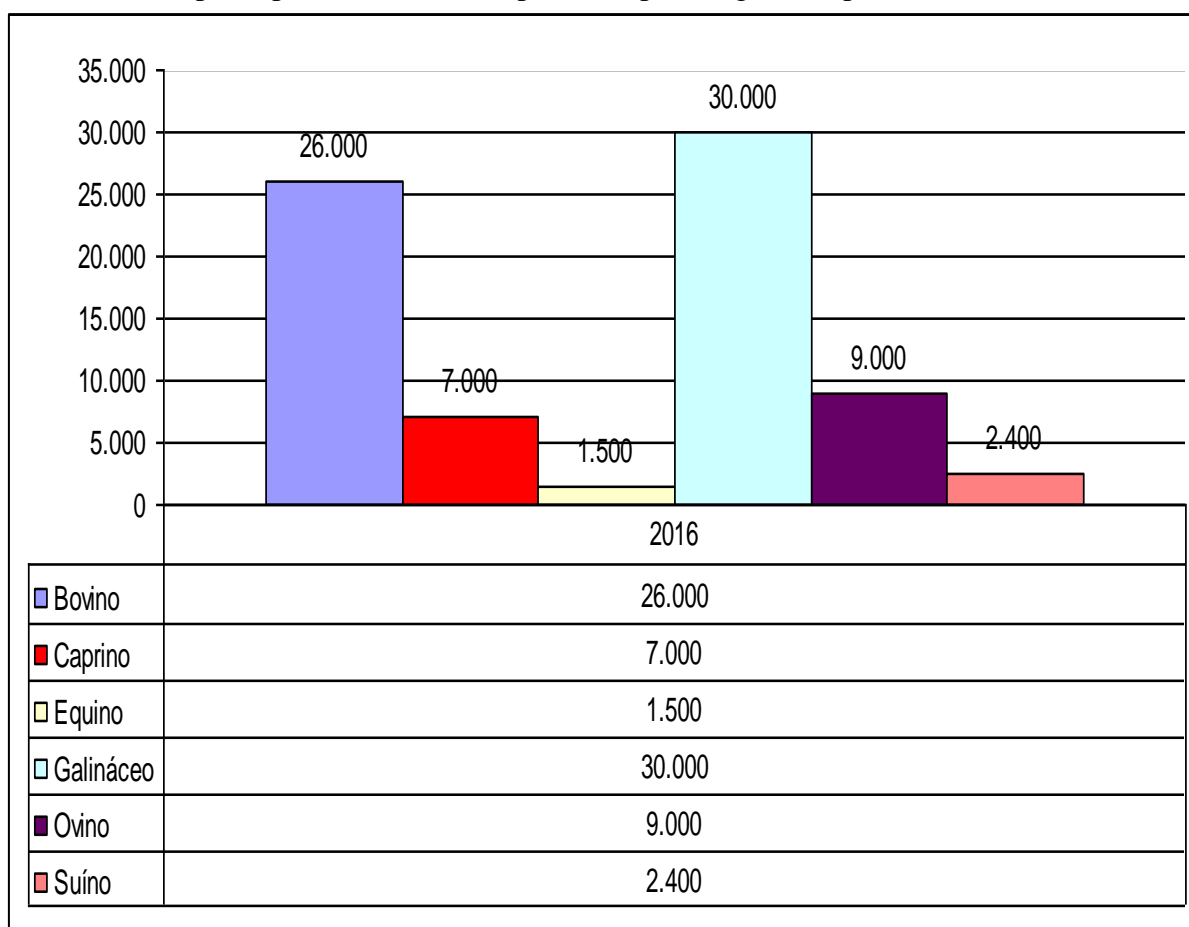
Já, em relação à pecuária, foram registrados seis tipos de criações de animais no município estudado: bovinocultura, caprinocultura, equinocultura, avicultura, ovinocultura, suinocultura.

Com base nos dados, também referentes ao ano de 2016, as criações de gado e de galinhas foram as principais culturas exploradas pelos habitantes da localidade. Tendo sido contadas 30.000 galinhas e 26.000 cabeças de gado.

As demais culturas apresentam números bem mais baixos que as principais. Alcançando, o máximo de 9.000 cabeças de ovinos.

Abaixo, é apresentando o Gráfico 2, com o mapa do quantitativo de animais, por cultura, no município de Tupanatinga/PE, em 2016:

Gráfico 2 – Mapa da pecuária no município de Tupanatinga/PE – por cultura – 2016.



Fonte: IBGE (2018).

Da autora.

Por fim, vale ressaltar que o IBGE não colheu dados que julgou consideráveis (conforme se depreende em seu *website*), acerca de outras atividades que pudessem estar sendo desenvolvidas no referido município, no ano de 2016. De modo que não há dados de outras atividades econômicas relevantes em Tupanatinga/PE, em seu *website*.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PLURIATIVIDADE NO SÍTIO GRITOS E ADJACÊNCIAS

Por questões logísticas, a autora escolheu Sítio Gritos e suas adjacências pela proximidade entre o seu lar e o local. Bem como, pela maior facilidade de acesso aos dados e à aplicação de questionários, possibilitada pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Gritos.

Após conhecer a realidade econômica do município estudado, a autora optou especificamente pelo Sítio Gritos - além dos motivos já citados acima - por ver naquele local uma manifestação mais clara de pluriatividade, por meio de seus habitantes. De modo que tentou observar, utilizando-se de referencial teórico amplamente debatido em capítulo anterior dessa monografia, como a pluriatividade no meio rural poderia se aplicar, no que tange o desenvolvimento local, à zona rural estudada.

Inicialmente, é imperioso destacar as atividades que vêm sendo desenvolvidas pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Gritos. Entidade que foi fundada no ano de 1993 e que persiste bravamente até hoje. Atualmente, composta por 70 (setenta) associados ativos.

Foi estipulada uma amostra de 30 (trinta) habitantes da localidade estudada e foram-lhes entregues questionários (ANEXO I) que versam acerca da economia do Sítio Gritos e das atividades desenvolvidas no mesmo.

Todos os inquiridos responderam que vivem no campo e que têm produções agropecuárias provenientes de atividades desenvolvidas diariamente em propriedades rurais. Ao mesmo tempo, ao serem questionados acerca do que é pluriatividade rural, 26 entrevistados responderam que não sabiam. Os outros quatro, que afirmaram deter conhecimento acerca do tema, não souberam explicar com detalhes, o assunto.

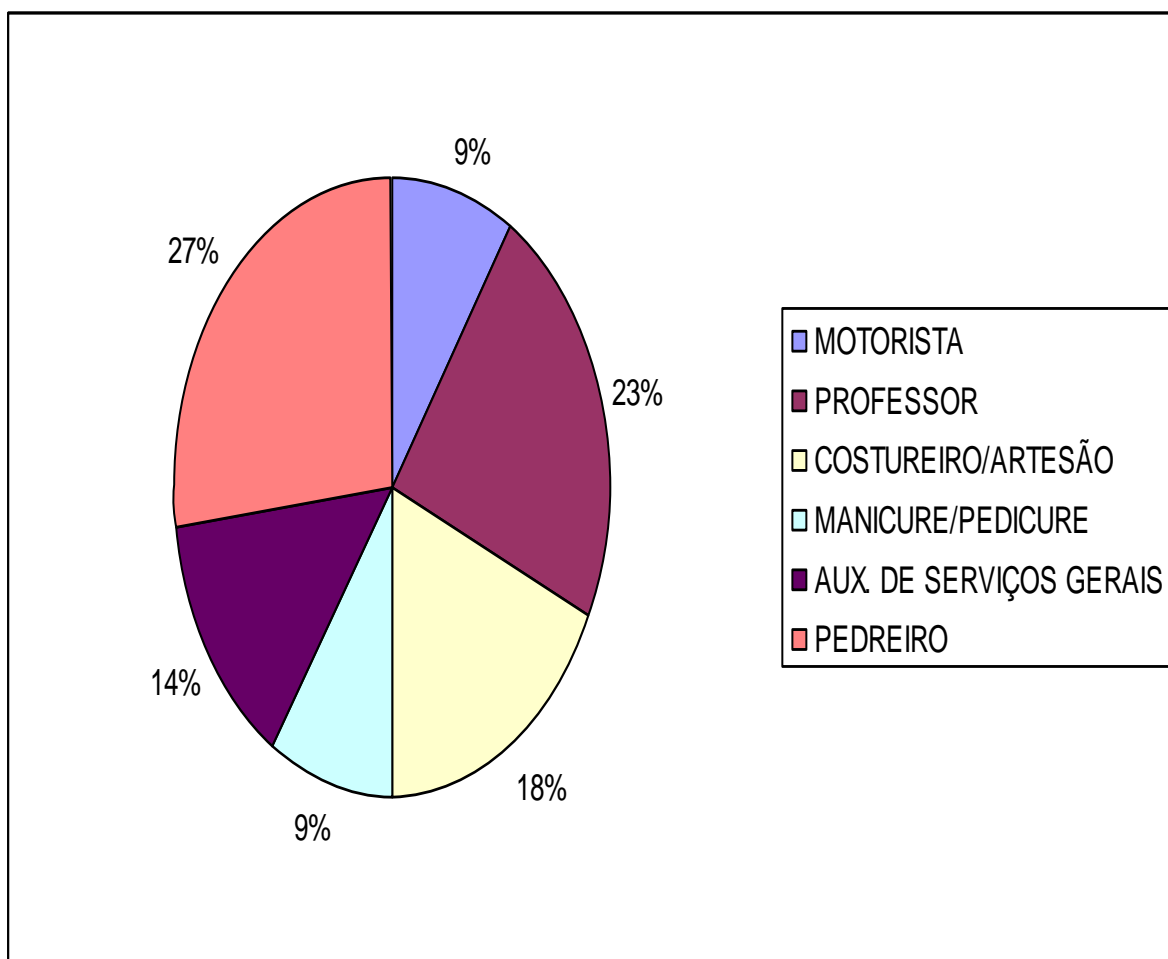
A autora explicou a todos, de modo bem básico o que é pluriatividade rural. Logo após, perguntou-os se esses acreditavam que suas propriedades e suas famílias a praticavam. Entretanto, apenas quatorze dos entrevistados achavam que suas famílias sobreviviam a partir da pluriatividade rural.

Após o que foi narrado nos dois parágrafos anteriores, resta evidente que ainda falta à população rural mais conhecimento acerca da complexidade, potencialidades e perspectivas

de futuro que o meio rural pode oferecer. Para isso, deve lhes ser dadas as ferramentas para que possam adquirir pensamento crítico e discernimento para, além de conhecerem melhor o ambiente que os cerca, poderem se posicionar de modo estratégico para extrair o máximo do potencial desses lugares.

Após as primeiras análises um dado já chama bastante atenção: das trinta pessoas entrevistadas, vinte e duas, ou, aproximadamente, 74% da amostra, exercem outras atividades além das usualmente agropecuárias. De modo que, entre as atividades não-agrícolas, vê-se até professores – cinco pessoas. Segue gráfico explicativo:

Gráfico 3 – Atividades não-agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores do Sítio Gritos



Fonte: Questionário aplicado, 2018.
Da autora.

Com base no gráfico acima, já se pode verificar a pluralidade de atividades desenvolvidas pelos habitantes do Sítio Gritos. De modo que, como já extensamente citado

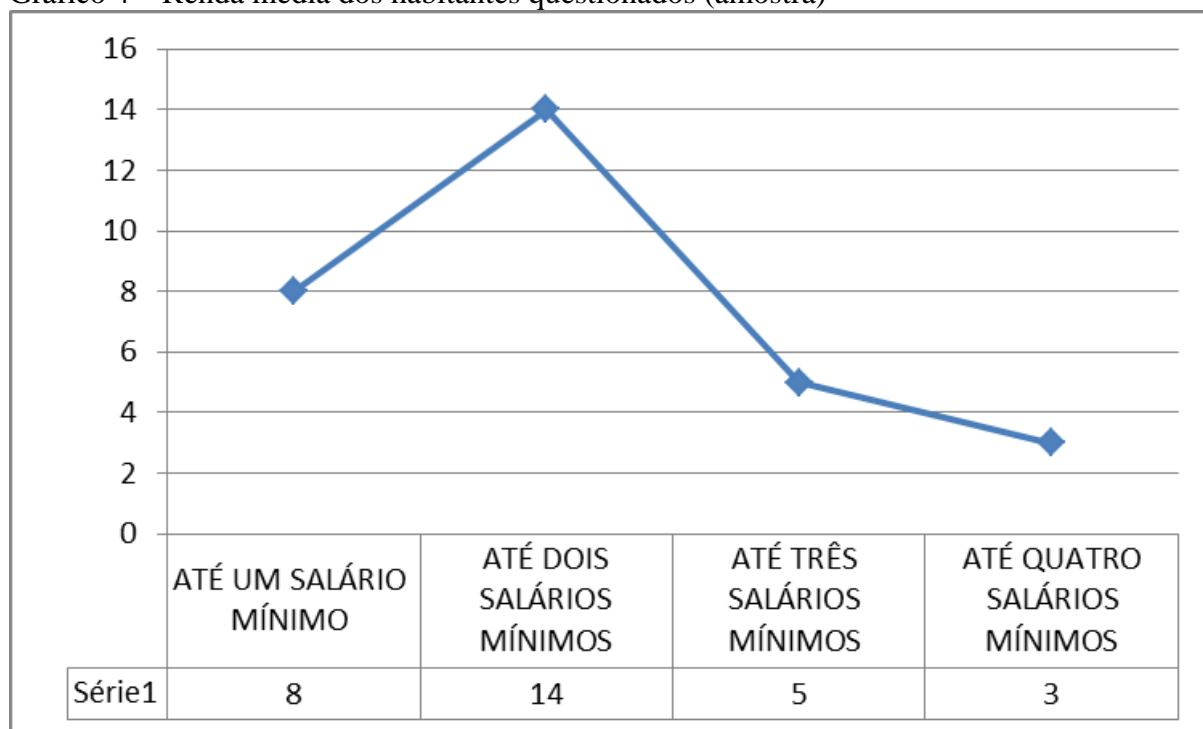
nesse trabalho, estes todos permanecem exercendo atividades de cunho agropecuário em conjunto.

Notou-se, no entanto, que, mesmo exercendo outras atividades, aproximadamente 60% dos entrevistados ainda têm a agropecuária como principal fonte de renda, além das outras atividades citadas no gráfico. Sendo que os demais responderam que apesar de não se utilizarem majoritariamente da agropecuária como renda mensal, esta ainda é de suma importância para complementação desta. Respondendo por 30% ou 40%, em média.

Nessa toada, vale ressaltar que quando perguntados acerca do interesse em sair do ambiente rural, dos trinta entrevistados, que têm entre 19 e 59 anos, quase em sua totalidade - 27, ou 90% - preferem permanecer no ambiente rural. De modo que, como já esperado, os outros 10% que pretendem sair são os mais jovens do grupo.

Outro ponto importante, inferido aos inquiridos, diz respeito à renda local obtida por meio das diversas atividades praticadas pela maioria. Tomamos como base o salário mínimo atualmente vigendo em território brasileiro, ou seja, R\$ 954,00. Chegando-se aos resultados abaixo

Gráfico 4 – Renda média dos habitantes questionados (amostra)



Fonte: Questionário aplicado, 2018.
Da autora.

Após se observar os dados, vê-se que devido a prática da pluriatividade, a maioria dos entrevistados recebe até dois salários mínimos. Por outro lado, chama atenção que quase 74% da amostra estudada têm um rendimento médio real domiciliar per capita superior à média auferida nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, que em dados divulgados pelo IBGE, foi de R\$ 772,00¹¹, no ano de 2016.

Por fim, pôde-se verificar que, mesmo ainda sendo aquém do ideal, a pluriatividade acarretou numa renda complementar, que não seria possível apenas com a prática de atividades agropecuárias, já que essas sofrem com fatores como sazonalidade, clima, auxílio governamental, entre outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se conseguir se realizar este trabalho da forma mais crítica e fiel possível, foram utilizadas as mais básicas e imprescindíveis ferramentas no campo da ciência, ou seja: observação do fenômeno; busca de referencial teórico e exemplos práticos; formulação de hipótese e validação de resultados.

Atualmente se vê o meio rural passar por um processo de grandes transformações em todo o mundo. Nessa toada, vê-se que no Brasil não é discrepante dos demais. Tais alterações vão desde a inversão radical das correntes migratórias até o surgimento de novas atividades econômicas não precisamente agrícolas. Já não se pode falar de mundo rural identificando-o exclusivamente com a agricultura. Sendo que a partir dos anos 80, as atividades agropecuárias tradicionais não davam conta de explicar, sozinhas, a dinâmica do emprego e da população no Brasil.

Assim, a autora buscou observar, para melhor emissão de juízo de valor, que a atividade agrícola não é a única fonte de renda possível para comunidades rurais e para o campo. Levando em consideração, também, que atividades rurais não agrícolas surgem em decorrência da urbanização e da globalização do ambiente rural e também da necessidade de interação do campo e da cidade.

11 Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/metade-dos-trabalhadores-brasileiros-tem-renda-menor-que-o-salario-minimo-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

A pluriatividade é um fenômeno cada vez mais presente no meio rural brasileiro e é uma forma de trazer uma complementação de renda dos habitantes do Sítio Gritos, elevando o rendimento médio real domiciliar per capita dos habitantes do local estudado para acima da média auferida nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Foi-se constatado que o Sítio Gritos se especializou, no campo da agropecuária, nos seguintes ramos: plantação de macaxeira, feijão, castanha de caju e milho. Já, em relação à pecuária, foram registrados seis tipos de criações de animais no município estudado: bovinocultura, caprinocultura, avicultura, equinocultura, ovinocultura, suinocultura. Contudo, restou evidente, que apenas a agropecuária não vem sendo suficiente para garantir uma renda mais adequada. O que leva a busca por outros tipos de atividades.

Com base em todos os dados expostos e se levando em consideração a bibliografia apresentada, pode-se considerar que o fenômeno da pluriatividade rural, de fato, é evidente no Sítio Gritos/PE. Bem como, que a pluriatividade impacta positivamente na renda mensal dos habitantes do local estudado. Validando, assim as hipóteses suscitadas no início deste trabalho.

4 REFERÊNCIAS

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava/PR: Ed. Unicentro, 2004.

CAMPANHOLA, Clayton. GRAZIANO DA SILVA, José. **O agroturismo como uma nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, Joaquim; RIEDL, Mário (orgs.). Turismo Rural: Ecologia, Lazer e desenvolvimento. Bauru, Sp: Edusc, 2000.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRS, 1998.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: **Cadernos do CEAM. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate**. Brasília: ano V, n. 17, p. 43-58, fev. 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de jun. de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. Brasília,DF, jun, 1996..

FERNANDES, Alana Miguel Sarafini. **O PRONAF na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRS, 2013.

FROEHLICH, J. M.: ‘Gilberto Freyre. **A história ambiental e a rurbanização**. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VII(2): 281-301, jul.-out. 2000.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos**. Economia Aplicada, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set.,1998.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça. **Contribuições ao ensino do método hipotético-dedutivo a estudantes de Geografia.** Notas Técnicas, Geografia Ensino e Pesquisa, vol. 19, n.2, UFRN, Natal/RN, mai/ago, 2015.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, v. 1, n. 3, 1996.

PASCHOARELLI, Luis C. et al. **Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas.**

RAMOS, Roberto Luís Olinto et al. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação.** Rio de Janeiro/RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2017.

SARRACENO, E. **Recent trends in rural , development and their conceptualization.** Journal of Rural Studies, London v.10, n.4, p.321-330, 1994.

SCHNEIDER, S. **A contribuição da pluriatividade para as políticas públicas de desenvolvimento rural: um olhar a partir do Brasil.** In: ARCE, Alberto. (forthcoming), Ed. Flacso, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campolatinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SILVA, Fernando José da. **Pluriatividade: o turismo rural como gerador de novas oportunidades para a agrivultura familiar e suas possibilidades de desenvolvimento local.** Joinville/SC: Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/ IELUSC, 2004.

SILVA, José Ribeiro da; JESUS, Paulo de. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil.** Satuba/AL: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas/IFAL, 2007.
Universidade de São Paulo, Hucitec, 1991. 219 p.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: : Edusp - Hucitec,1991.

ANEXO I**CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SÍTIO GRITOS****UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE DE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS****CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Prezado(a) Senhor(a),

Como parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, estou conduzindo uma pesquisa junto aos membros da associação dos pequenos agricultores do Sítio Gritos, no município de Tupanatinga – PE.

O TCC, orientado pelo Prof. Msc. Maurício de Siqueira Santos, terá como tema “**A PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO SÍTIO GRITOS NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA - PERNAMBUCO**”, tendo então como principal objetivo mostrar a relevância da pluriatividade agrícola como meio de desenvolvimento para uma comunidade.

Suas respostas devem representar a realidade atual dos associados na Associação Pequenos Agricultores do Sítio Gritos e regiões circunvizinhas quanto à importância e ao desenvolvimento de atividades rurais e extra-rurais da comunidade. Nenhum respondente será identificado na pesquisa, pois os dados serão analisados de forma consolidada, preservando desta forma o sigilo da empregabilidade participantes da pesquisa.

Agradeço antecipadamente sua valiosa colaboração a esta pesquisa.

Atenciosamente,

Daniela Rodrigues Silva Brito
Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE DE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Vive no campo? ()Sim ()Não

Resultado: das 30 pessoas questionadas, todas 30 vivem no campo

2. Produz em propriedade rural? ()Sim ()Não

Resultado: das 30 pessoas questionadas, todas produzem no campo

3. Exerce alguma atividade remunerada que não seja agrícola? Caso sim que tipo de atividade é exercida?

()Sim _____ ()Não

Resultado: das 30 pessoas questionadas, 22 pessoas exercem atividades não agrícolas

2 motoristas; 5 professores; 4 costureiras ou artesãs; 2 manicures; 3 aux. De serviços gerais; 6 pedreiros

4. Em relação a renda, qual a renda media mensal?

Até um Salário Mínimo 8 pessoas

Até dois Salários Mínimos 14 pessoas

Até três Salários Mínimos 5 pessoas

Até quatro Salários Mínimos 3 pessoas

5. Sabe o que é Pluriatividade Agrícola? ()Sim ()Não

Resultado: das 30 pessoas questionadas, 26 não sabem

6. Você acha que sua propriedade e sua família praticam a pluriatividade? ()Sim ()Não

Resultado: das 30 pessoas questionadas, 14 acham que praticam

ANEXO II

IMAGENS DE EXEMPLOS DE PLURIATIVIDADE RURAL NO SÍTIO GRITOS/PE

Imagem – Comercialização do artesanato da comunidade da feira local



Fonte: Da autora.

Imagem 2 – Criação de caprinos



Fonte: Da autora.

Imagem 3 – Pedreiros do Sítio Gritos, em mutirão para construção de cisterna de placas em propriedade de morador local (atividade que também é desenvolvida de forma remunerada por estes)



Fonte: Da autora.

Imagem 4 – Venda da produção oriunda da avicultura em feira local



Fonte: Da autora.

Imagem 5 – Venda da produção da agricultura em feira local



Fonte: Da autora.

Imagem 6 – Professora, moradora do Sítio Gritos e, também, produtora rural



Fonte: Da autora.

Imagem 7 – Motorista de ônibus escolar. Morador do Sítio Gritos e, também, produtor rural.



Fonte: Da autora.